

DETERMINANTES DE SUCESSO NO DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DOS ESTADOS UNIDOS

Uma introdução aos resultados de pesquisa do

[Projeto de Harvard para o Desenvolvimento Econômico do Índio Norte-Americano](#)

Harvard Kennedy School of Government, Universidade de Harvard

E do

[Instituto das Nações Indígenas para a Liderança, Gerenciamento e Política](#)

Udall Center for Studies in Public Policy, Universidade do Arizona

[Diné](#) [English](#) [Espanhol](#)

Versões online com links para a pesquisa citada disponível em:

nii.arizona.edu/research_intro_portuguese

INTRODUÇÃO

A pobreza dos indígenas norte-americanos, principalmente daqueles que vivem nas reservas, tem preocupado os responsáveis pela definição de políticas indígenas e federais por mais de um século. Depois da fase de negociação dos tratados e do estabelecimento do sistema de reservas, as medidas políticas federais direcionadas à pobreza indígena vacilaram entre a assimilação cultural, a urbanização forçada e a privatização dos bens, por um lado; ou a reorganização governamental, exploração dos recursos naturais e assistência social, por outro. Nenhum desses intentos igualou a situação dos indígenas norte-americanos com o resto dos Estados Unidos. Os indígenas norte-americanos e os nativos do Alaska têm sido a camada social mais pobre dos norte-americanos por décadas.

Recentemente, no entanto, muitas nações indígenas ressurgentes têm criado crescimento econômico acompanhado de desenvolvimento social e político em suas terras natais. Pela primeira vez, a renda dos indígenas nas reservas aumentou mais rápido do que a média norte-americana, sem vir acompanhada de um aumento no gasto federal. Nas décadas de 1970 e 1980, a renda dos indígenas aumentou e diminuiu à medida que orçamentos federais para os indígenas vivendo nas reservas aumentaram e diminuíram. Contrastando com os anos 90, o gasto federal nos programas indígenas não mudou muito, mas a renda dos indígenas aumentou, tanto nas reservas com cassinos, quanto naquelas sem. O ritmo de crescimento da renda média nas reservas excedeu em três vezes o crescimento na renda *per capita* dos Estados Unidos.

O que explica essa bem-vinda melhoria? Pesquisas começadas nos anos 80 e continuadas até o momento examinam as variações de resultados através de tribos e revelam as estratégias que as nações indígenas têm utilizado para o sucesso. Enquanto muitos responsáveis políticos nativos e federais trataram o problema da pobreza como uma questão de criação de emprego, projetos idealizados para criar empregos geralmente resultaram em fracasso porque eles davam resposta aos sintomas e não às causas dos problemas. Em contrapartida, as nações indígenas bem-sucedidas abordavam o desafio

subjacente: criaram condições que permitiam a acumulação do capital físico, financeiro e humano.

No passado, as nações indígenas governaram a si mesmas com regras inadequadas, freqüentemente impostas de fora e desconectadas com as normas indígenas de organização de autoridade. Isso resultou em incerteza política, perda de talentos, erosão da confiança e afugentou as pessoas –nativos e não-nativos- que poderiam, em outras circunstâncias, melhorar as fortunas da comunidade. As nações indígenas de sucesso tomaram controle dos seus assuntos e canalizaram a política de maneira que encorajasse a migração de retorno, o investimento financeiro e o crescimento econômico.

Atualmente, algumas nações indígenas criam condições ainda mais atrativas que nos outros Estados vizinhos. Existe um engarrafamento recorrente de empregados não-indígenas indo trabalhar na Reserva Mississippi Choctaw. Os cidadãos não-indígenas do Estado de Montana regularmente se matriculam nas Faculdades Salish e Kootenai. O Estado de Minnesota imita o programa de adoção criado pelo Fond du Lac Band dos indígenas Chippewa. Os credidores nacionais posicionaram o programa de abuso de drogas da Tribo Squaxin Island entre os 3% dos melhores programas dos Estados Unidos. Caso após caso, as nações indígenas constroem governos aptos, recrutam pessoas com talento e investidores e beneficiam a elas mesmas, aos pagadores de impostos não-indígenas e a seus vizinhos.

Muito ainda resta por fazer. Os indígenas vivendo nas reservas tiveram rendas pouco maiores que 1/3 da média norte-americana no ano 2000. Independentemente de quanto o crescimento da década de 90 foi bem-vindo, levaria meio século para essa tendência conseguir acabar com a diferença. Apesar do difícil caminho a ser recorrido, algumas nações indígenas nos Estados Unidos encontraram abordagens de sucesso e suas fortunas nunca estiveram tão prósperas.

RESULTADOS DAS PESQUISAS

As nações indígenas nos Estados Unidos preparam um ambiente fértil para o desenvolvimento ao tomar controle e ao canalizar forças políticas internas em longo prazo. De fato, um dos resultados paradoxais da pesquisa conduzida pelo Projeto de Harvard para o Desenvolvimento Econômico e o Instituto das Nações Indígenas é que os líderes nativos tornam suas nações mais poderosas ao restringirem, eles mesmos, a própria atuação. Ao restringirem seus próprios poderes de intervir sem razão aparente em uma disputa de contrato, na demissão de um funcionário da empresa, ou em um programa educacional, os líderes políticos nativos tornam sua nação mais atrativa para o cidadão nativo com um diploma universitário, o empresário nativo, ou o professor não-nativo. Esses investidores tornam-se mais confiantes que serão tratados de maneira justa –que seu tempo, experiência, e dinheiro não serão reféns da política- e terão mais desejo de apostar no futuro da nação.

De maneira mais específica, as nações indígenas de sucesso compartilham três características essenciais: 1) declaram os poderes da nação de auto-governo; 2)

constroem instituições fortes de auto-governo para assegurar esses poderes; e 3) enraízam seus esforços de desenvolvimento e instituições na cultura nativa.

1. Nações indígenas de sucesso controlam seus próprios assuntos. Elas reafirmam o poder de tomar decisões centrais sobre recursos, política e instituições. A falta de controle nesses domínios confina as nações indígenas a uma situação de pobreza dependente. A pesquisa é clara: indivíduos de fora da tribo atuam insatisfatoriamente quando gerenciam recursos dos nativos, planejam medidas políticas nativas e criam instituições governamentais nativas — não importa quão bem-intencionados ou competentes sejam. Quando comunidades nativas tomam o controle de seus bens, programas e governos, eles obtêm melhores preços pelas suas mercadorias, uso mais eficiente e sustentável de suas florestas, melhores programas de saúde, mais lucro de suas empresas e melhor migração de retorno. As razões são evidentes: os que tomam as decisões têm mais probabilidade de viver as conseqüências de tanto as boas como as más decisões. Eles estão mais perto das condições locais, e têm mais chance de ter os interesses individuais da comunidade em mente. Quando as nações indígenas gerenciam seus próprios recursos florestais, tanto a produtividade quanto o lucro aumentam, como também aumentam as chances de que o gerenciamento pense nas prioridades da comunidade.

2. Nações indígenas bem-sucedidas estabelecem instituições de vida longa, que limitam o oportunismo político e administram os negócios práticos da comunidade eficazmente. Sem instituições eficazes, reafirmar os poderes de auto-governo significa pouco. A Suprema Corte dos Estados Unidos anulou os impostos de Montana sobre o carvão indígena, mas a nação indígena que ganhou o caso levou anos para passar o código do imposto e informar à companhia de mineração para onde enviar os cheques. Os poderes de auto-governo vêm com o dever de governar eficazmente.

Uma constituição formal escrita pode especificar os poderes dessas instituições, mas não é necessária para o sucesso. Alguns *pueblos* tradicionais do sudoeste tiveram sucesso usando planos tradicionais, não-escritos. O que importa, segundo indica a pesquisa, são as três funções essenciais que essas instituições realizam:

a. Nações indígenas bem-sucedidas isolam a resolução de disputa da interferência política. Se os corpos políticos dentro da nação indígena podem interpretar contratos e leis diretamente (ou indiretamente, ao ameaçar juízes ou mediadores), eles desmotivam as pessoas a trazerem suas idéias, experiência ou dólares de investimento à comunidade indígena. Por outro lado, quando a nação indígena resolve uma disputa justamente, rapidamente e independentemente de considerações políticas, os investidores sentem-se seguros e contribuem para taxas sistematicamente mais altas de emprego nativo. Para que disputas sejam resolvidas eficazmente não é necessário seguir o modelo europeu. A Suprema Corte Navajo depende do direito consuetudinário tradicional Navajo para guiar suas decisões e permite que os partidos adversários escolham a Corte Conciliadora Tradicional.

b. Nações indígenas bem-sucedidas governam cuidadosamente as empresas que possuem, em sistemas que isolam os gerentes dos negócios das forças políticas, ainda que os gerentes tenham que prestar contas à comunidade pela sua performance. O governo corporativo no setor privado tem seus próprios desafios: os gerentes avançarão os interesses dos donos assim como os seus próprios? Quando o negócio pertence ao governo, seja nativo ou não, outras considerações complicam os desafios ainda mais (como o ato de empregar membros de facções políticas fortes). As nações indígenas bem-sucedidas, nos Estados Unidos, reconhecem as ameaças ao lucro e estabelecem quadros de diretores independentes. Assim, criticamente, elas mantêm esses diretores responsáveis pela lucratividade em especial, mas também por atender às necessidades da comunidade. Negócios sempre envolvem riscos, mas as nações indígenas melhoram as chances quatro vezes mais ao gerenciar negócios e governos eficazmente. Alguns negócios possuídos pela nação desde o Alaska (Yukaana Development Corporation) e Nebraska (Ho-Chunk, Inc.) até o Novo México (Poeh Cultural Center) e Montana (Siyeh Corporation) adotam sistemas fortes de governo corporativo e têm sucesso onde negócios anteriores não conseguiram.

c. Nações indígenas bem-sucedidas constroem burocracias capazes. As demandas do auto-governo requerem a boa realização de certos trabalhos. Sem uma equipe para planejar um plano de proteção para a fauna e flora, manter os registros dos títulos de terra ou operar o sistema de comunicações com a polícia, as nações indígenas falham em atingir seus próprios objetivos. As nações indígenas bem-sucedidas não somente recrutam e treinam cidadãos com talento para estas tarefas, como também protegem seus empregados governamentais de demissões por motivos políticos. Quando eles desenvolvem uma equipe de administração profissional, isso indica que eles foram capazes de estender o domínio do processo de decisão nativa. O Serviço de Peixe e Vida Silvestre dos Estados Unidos incumbiu biólogos da tribo Nez Perce do gerenciamento do lobo cinzento nas terras federais. Indivíduos nativos responsáveis pelo gerenciamento da águia pressionam regularmente a Cidade de Albuquerque por padrões de qualidade mais altos. O Estado do Alaska relutantemente concordou que os Quinhagak treinados como guardas-florestais eram as pessoas mais apropriadas para gerenciar os não-indígenas acampados na margem do rio Kanektok.

3. Nações indígenas bem-sucedidas enraízam suas instituições e atividades na cultura indígena. Com muita frequência em comunidades indígenas, forasteiros ditaram as escolhas de instituições e de atividades econômicas para as nações indígenas. A partir de 1930, o Bureau de Assuntos Indígenas recomendou estruturas governamentais que pouco se pareciam com a maneira como os indígenas Lakota, Wampanoag ou Hopi organizavam a estrutura de autoridade. Conseqüentemente, conflitos sobre a legitimidade ou autenticidade regularmente corroem a eficácia do auto-governo nativo.

Muitos nativos norte-americanos reconheceram que as nações precisavam desprender-se do legado de influência exterior nas suas instituições governamentais. Os Osage, Apsaalooke e Nações Cherokee reformaram suas constituições. A nação

Navajo experimentou com governos locais. A Vila de Kake, Alaska, usa um círculo de conciliadores tradicionais para dar a sentença de menores condenados nas cortes Estatais. Estas e outras tribos reconstruíram velhas instituições e construíram novas que passam por dois testes críticos. Primeiro, as instituições formais de governo estão alinhadas com as normas e costumes locais contemporâneos sobre o que é, e o que deixa de ser um uso apropriado da autoridade. Sem esse alinhamento, as instituições escritas no papel não são mais que isso: papel. Quando as instituições formais estão adequadas à cultura indígena, no entanto, a pesquisa indica que elas tendem a produzir eficácia e estabilidade duradoura. A reforma constitucional de Osage coincide com um boom econômico e migração de retorno. O auto-governo local no município de Navajo Kayenta resultou numa ressurgência econômica e civil.

Segundo, as nações indígenas mais bem-sucedidas reconhecem que suas instituições precisam ser eficazmente práticas no mundo de hoje, não rendições românticas da cultura nativa. Poucas nações indígenas nos Estados Unidos têm o luxo do isolacionismo. As nações indígenas se enfrentam com as forças sociais, econômicas e tecnológicas da globalização—para melhor ou para pior. Para avançar esses valores com os quais se importam, as nações indígenas bem-sucedidas informam-se sobre os requisitos do mundo exterior, sem necessariamente abandonar suas próprias prioridades.

O círculo de conciliadores Kake satisfaz as necessidades do sistema de justiça estatal o suficientemente bem para receber o elogio do Juiz do Supremo Tribunal do Alaska, mas também é muito eficaz em avançar a preferência tradicional por restituição da vítima e harmonia da comunidade. Os Salish e Kootenai, Winnebago e Mississippi Choctaw atraem intenso capital privado sem privatizar suas empresas eficazes que pertencem à nação. O Sisseton-Wahpeton Oyate pode despedir empregados que não aparecem na hora do trabalho no cassino da nação, mas rodeiam o empregado despedido com especialistas sociais, médicos e culturais (os mais velhos da tribo), para que o empregado desenvolva as habilidades cotidianas necessárias para reobter e manter seu emprego.

Em contraste com os modelos históricos de desenvolvimento que enfatizavam a criação de empregos começando novos projetos de desenvolvimento, esta pesquisa indica que as nações indígenas de sucesso se dedicam a um processo de reconstrução de suas nações, criando um ambiente de regras e práticas no qual os projetos provavelmente triunfarão. O desenvolvimento do indígena norte-americano surge de processos políticos eficazes, enraizados na cultura tribal e no controle da tomada de decisões, não do fato de encontrarem o projeto de desenvolvimento adequado ou de atrair o investidor adequado.

CONSIDERAÇÕES PARA CONTEXTOS ESPECÍFICOS

As nações indígenas nos Estados Unidos pagaram caro por medidas políticas uniformes. Aumentaria ainda mais o erro afirmar sem pensar que o que funcionou para os Salish, Apache e Penobscot funcionaria para os Diné, G'wichin, Maori, Mapuche, Xingu ou Kaqchikel. Os direitos indígenas são diferentes, os contextos econômicos são diferentes, as prioridades das pessoas são diferentes, e as medidas políticas são diferentes.

Mas os resultados de pesquisa do Projeto de Harvard e do Instituto das Nações Indígenas não precisam ser descartados simplesmente porque são baseados em casos norte-americanos. Esses resultados, por si mesmos, emergem de uma situação de grande diversidade. A Suprema Corte dos Estados Unidos entende que a soberania nativa praticamente não existe no Alaska, enquanto políticos do Arizona consideram a Nação Navajo e a Tribo Hopi blocos eleitorais essenciais cujas soberanias não deveriam ser questionada. No domínio econômico, muitos residentes nativos da Village de Venetie ainda caçam e pescam para a sua sobrevivência, enquanto que nas Tribos Confederadas da Reserva Warm Springs emitem-se títulos na Wall Street para financiar a energia hidroelétrica. Na cultura política, a América Nativa moderna varia desde os Chefs Onondaga tradicionais e os *caciques* del Pueblo, até o Comitê de Negócios de San Manuel e a constituição do século XXI dos Osage. Os principais determinantes do sucesso emergem de uma grande variedade de contextos políticos, legais e econômicos.

A pesquisa do Projeto de Harvard e do Instituto de Nações Indígenas estabelece uma série mínima de perguntas para as comunidades indígenas:

1. A comunidade indígena é capaz de alcançar seus objetivos para o futuro? A comunidade indígena está acumulando ou dissipando os recursos com os quais se importa? Está sofrendo imigração ou emigração? A cultura está se movendo numa direção que satisfaça a maioria dos membros da comunidade? As pessoas nativas e não-nativas estão apostando no futuro da comunidade? As relações sociais estão melhorando ou estão se enfraquecendo? As variáveis específicas variam de lugar para lugar, mas a questão fundamental depende da percepção indígena de vitalidade ou declínio.
2. Se o declínio é uma preocupação, quem está tomando a maioria das decisões que afetam a comunidade indígena? Se não é a própria comunidade indígena, então o foco do esforço deveria ser de implementar poderes indígenas de auto-governo. Obviamente, o contexto exterior pode ser muito desafiante e demorado para aceitar mudanças, mas com frequência (ao menos nos Estados Unidos), a deferência interna de autoridade externa tem restringido as nações indígenas. Deferência interna ocorre geralmente dentro do controle da comunidade indígena.
3. Com a competição de trabalhadores e investidores, a comunidade indígena está ficando em defasagem em relação a outros governos e jurisdições? Que características de auto-organização vão tornar a comunidade indígena mais atrativa? Podem fazer acordos sobre as disputas mais justamente ou rapidamente? Pode estabelecer negócios que estejam insulados das preocupações políticas internas? Pode administrar atividades-chave mais eficientemente? As Nações Indígenas nos Estados Unidos reconhecem que se eles tiverem uma atuação melhor que os competidores locais, mesmo que por uma margem pequena de diferença, vão atrair mais trabalhadores e investidores.
4. A cultura indígena está encorajando o desenvolvimento, não somente como bens ou serviços vendidos aos turistas, mas como um mecanismo para manter o apoio comunitário para as instituições e atividades? As estruturas de organização

indígena parecem autênticas e confiáveis para as pessoas? As instituições atendem as necessidades funcionais de uma comunidade no século vinte e um, enquanto avançam os valores culturais da comunidade indígena? As nações indígenas nos Estados Unidos reconhecem que caminham por dois mundos e respondem com medidas políticas criativas e ambiciosas e instituições que se ajustem a suas culturas.

Perguntar-se e responder essas perguntas de maneira clara aponta para um distintivo final de nações indígenas de sucesso nos Estados Unidos: liderança. Obviamente, todas as comunidades beneficiam-se de ter líderes capazes, éticos e determinados. Uma recompensa particularmente forte existe para os líderes indígenas que possam visualizar um novo grupo de possibilidades para a nação e construir capacidades comunitárias para alcançá-las. Tais líderes superam as forças da inércia e decadência quando conseguem engajar o apoio comunitário da mudança e do desenvolvimento.

SOBRE O PROJETO DE HARVARD E O INSTITUTO DE NAÇÕES INDÍGENAS

Tanto o Projeto de Harvard quanto o Instituto de Nações Indígenas dedicam-se a compreender as determinantes de desenvolvimento social e econômico nas nações indígenas e a compartilhar esse conhecimento com as comunidades nativas. Cinco missões centrais visam alcançar esses objetivos:

1. Conduzir e circular resultados de pesquisa sobre as condições sob as quais as nações indígenas iniciam e mantêm desenvolvimento social e econômico;
2. Realizar pesquisa aplicada em certas nações indígenas sobre questões relacionadas a medidas políticas, liderança, desenvolvimento organizacional e auto-governo;
3. Educar líderes tribais atuais sobre os resultados das pesquisas, pessoalmente ou pela Internet;
4. Educar futuros líderes tribais ao desenvolver programas de estudo, apoiando estagiários no Congresso, e ensinando alunos do Ensino Médio, universitários e de pós-graduação;
5. Compartilhar modelos de excelência de auto-governos nativos com outras nações e países.

REFERENCES

- Adams, A. (1999). *The road not taken: How tribes choose between tribal and Indian Health Service management of health care resources*. Harvard University, Cambridge, MA.
- Cameron, M. W. (1992). A prototypical economic development corporation for American Indian tribes. In S. Cornell & J. P. Kalt (Eds.), *What can tribes do? Strategies and institutions in American Indian economic development* (pp. 61-90). Los Angeles CA: American Indian Studies Center, University of California Los Angeles.
<http://www.hks.harvard.edu/hpaied/docs/PRS90-2.pdf>
- Cornell, S. (1988). *The return of the native : American Indian political resurgence*. New York: Oxford University Press. http://www.amazon.com/Return-Native-American-Political-Resurgence/dp/B000SBK44I/ref=sr_1_2?ie=UTF8&s=books&qid=1233939363&sr=8-2
- Cornell, S., & Jorgensen, M. (2007). Getting things done for the nation: The challenge of tribal administration. In M. Jorgensen (Ed.), *Rebuilding Native Nations: Strategies for Governance and Development* (pp. 146-172). Tucson, AZ: University of Arizona Press. http://www.amazon.com/Rebuilding-Native-Nations-Strategies-Development/dp/0816524238/ref=sr_1_1?ie=UTF8&s=books&qid=1233939457&sr=8-1
- Cornell, S., & Kalt, J. P. (1992). Reloading the dice: improving the chances for economic development on American Indian reservations. In S. Cornell & J. P. Kalt (Eds.), *What can tribes do? Strategies and institutions in American Indian economic development* (pp. 1-59). Los Angeles CA: American Indian Studies Center, University of California Los Angeles.
<http://www.hks.harvard.edu/hpaied/docs/reloading%20the%20dice.pdf>
- Cornell, S., & Kalt, J. P. (1995). Where does economic development really come from? Constitutional rule among the contemporary Sioux and Apache. *Economic Inquiry*, 33(3), 402-426.
- Cornell, S., & Kalt, J. P. (2000). Where's the glue? Institutional and cultural foundations of American Indian economic development. *Journal of Socio-Economics*, 29, 443-470.
- Cornell, S., & Kalt, J. P. (2007). Two approaches to the development of Native nations: One works, the other doesn't. In M. R. Jorgensen (Ed.), *Rebuilding Native nations: strategies for governance and development* (pp. 3-32). Tucson, AZ: University of Arizona Press. http://www.amazon.com/Rebuilding-Native-Nations-Strategies-Development/dp/0816524238/ref=sr_1_1?ie=UTF8&s=books&qid=1233939457&sr=8-1

- Cornell, S., Kalt, J. P., Krepps, M. B., & Taylor, J. B. (1998). *American Indian Gaming Policy and its Socioeconomic Effects: A Report to the National Gambling Impact Study Commission*. Cambridge, MA: The Economics Resource Group, Inc. http://www.indiangaming.org/library/studies/1004-erg_98rept_to_ngisc.pdf
- Cornell, S., Taylor, J., Grant, K., Fischer, V., & Morehouse, T. (1999). *Achieving Alaska Native self-governance: toward implementation of the Alaska Natives Commission report*. Cambridge, MA: The Economics Resource Group. <http://ankn.uaf.edu/curriculum/AFN/selfgov.pdf>
- Costello, E. J., Compton, S. N., Keeler, G., & Angold, A. (2003). Relationships between poverty and psychopathology: a natural experiment. *JAMA*, 290(15), 2023-2029.
- Dixon, M., Shelton, B. L., Roubideaux, Y., Mather, D., & Mala Smith, C. (1998). *Tribal perspectives on Indian self-determination and tribal self-governance in health care management*. Denver, CO: National Indian Health Board.
- Grant, K. W., & Taylor, J. B. (2007). Managing the boundary between business and politics: Strategies for improving the chances for success in tribally owned enterprises. In M. R. Jorgensen (Ed.), *Rebuilding Native nations: strategies for governance and development* (pp. 175-196). Tucson, AZ: University of Arizona Press. http://www.amazon.com/Rebuilding-Native-Nations-Strategies-Development/dp/0816524238/ref=sr_1_1?ie=UTF8&s=books&qid=1233939457&sr=8-1
- Harvard Project on American Indian Economic Development. (2008). Economic Development. In *The state of the Native nations: conditions under U.S. policies of self-determination* (pp. 111-143). New York: Oxford University Press. http://www.amazon.com/State-Native-Nations-Conditions-Self-Determination/dp/0195301269/ref=sr_1_2?ie=UTF8&s=books&qid=1233939457&sr=8-2
- HPIAIED. (1999). *Honoring contributions in the governance of American Indian nations: tribal governance success stories*. Cambridge, MA: Harvard Project on American Indian Economic Development. http://www.hks.harvard.edu/hpaied/hn/hn_1999.htm
- HPIAIED. (2000). *Honoring contributions in the governance of American Indian nations: tribal governance success stories*. Cambridge, MA: Harvard Project on American Indian Economic Development. http://www.hks.harvard.edu/hpaied/hn/hn_2000.htm
- HPIAIED. (2003). *Honoring contributions in the governance of American Indian nations: celebrating excellence in tribal government*. Cambridge, MA: Harvard Project on American Indian Economic Development. http://www.hks.harvard.edu/hpaied/hn/hn_2003.htm

- HPAIED. (2005). *Honoring contributions in the governance of American Indian nations: celebrating excellence in tribal governance*. Cambridge, MA: Harvard Project on American Indian Economic Development.
http://www.hks.harvard.edu/hpaied/hn/hn_2005.htm
- Jorgensen, M. R. (2000). *Bringing the background forward: evidence from Indian country on the social and cultural determinants of economic development*. Harvard University.
- Jorgensen, M. R. (2006). Statement of Dr. Miriam Jorgensen, *Oversight Hearing on Economic Development, United States Senate Committee on Indian Affairs*.
www.indian.senate.gov/public/_files/Jorgensen051006.pdf
- Kalt, J. P. (2007). The role of constitutions in nation building: Laying a firm foundation. In M. Jorgensen (Ed.), *Rebuilding Native Nations: Strategies for Governance and Development* (pp. 78-114). Tucson, AZ: University of Arizona Press.
http://www.amazon.com/Rebuilding-Native-Nations-Strategies-Development/dp/0816524238/ref=sr_1_1?ie=UTF8&s=books&qid=1233939457&sr=8-1
- Krepps, M. B., & Caves, R. E. (1994). Bureaucrats and Indians: Principal-agent relations and efficient management of tribal forest resources. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 24(2), 133-151.
- Moore, M., Forbes, H., & Henderson, L. (1990). The provision of primary health care services under band control: The Montreal Lake case. *Native Studies Review*, 6(1), 153-164.
- Taylor, J. B. (2006). *Indian self-government in Washington, Vol. II: The character and effects of the Indian economy in Washington State*. Cambridge, MA & Olympia, WA: Taylor Policy Group, Inc. & Washington Indian Gaming Association.
<http://www.washingtonindiagaming.org/files/WIGA-Vol-2-Report-8-16-06-LoRes.pdf>
- Taylor, J. B., & Kalt, J. P. (2005). *American Indians on reservations: A databook of socioeconomic change between the 1990 and 2000 censuses*. Cambridge, MA: Harvard Project on American Indian Economic Development.
<http://www.hks.harvard.edu/hpaied/pubs/documents/AmericanIndiansonReservationsADatabookofSocioeconomicChange.pdf>
- Wakeling, S., Jorgensen, M. R., Michaelson, S., & Begay, M. (2001). *Policing on American Indian Reservations*. Washington, DC: National Institute of Justice.
<http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/jr000246b.pdf>